

SOBRE A HISTÓRIA, A MEMÓRIA, O ESQUECIMENTO EM PAUL RICOEUR – OS LABIRINTOS DA EPISTEMOLOGIA E DA HERMENÊUTICA¹

Francisco Denis Melo

Doutorando em História-UFPE

“Chega mais perto e contempla as palavras cada uma
tem mil faces secretas sob a face neutra
e te pergunta, sem interesse pela resposta
pobre ou terrível, que lhes deres: trouxeste a chave?

Carlos Drummond de Andrade

1 – EXPLICAÇÃO/COMPREENSÃO: AS DOBRAS DA HISTÓRIA OU O MOVIMENTO DA PORTA

Desbravar a obra de Paul Ricoeur, em especial o livro *A memória, a história, o esquecimento* (2000), possivelmente o maior hermenêuta do século XX, é vasculhar os caminhos da hermenêutica e da epistemologia da História, onde o sopro inspirador do autor, a sua vastíssima erudição, o convite incessante à reflexão, a condução do texto, as críticas a determinados autores, o diálogo aberto entre História, Literatura, Filosofia, Sociologia, abrem portas entre grandes vestibulos – algumas inclusive de uma pretensa dificuldade de engendramento do segredo de suas chaves, caso ainda das relações ou interseções – para alguns traumáticas (?) - entre História e Literatura, já que aqui, “a reserva de mercado” de alguns historiadores faz algumas exigências, como por exemplo a necessidade de se fazer da história um caminho “pessoal” – no sentido da disciplina – para encontrar e compartilhar o que seria uma verdade, apesar do risco da empreitada, pois sabemos que logo um outro historiador, fazendo jus a sua “reserva de mercado particular”, questiona aquela “verdade” e afiança outra, isso, é claro, em todos os domínios e abordagens da história. Aqui também será espaço para a pergunta básica: o que significa pensar a história hermenêuticamente? E outra: quem tem analisado mais detidamente na história a obra de Paul Ricoeur?

¹Trabalho apresentado á disciplina de Teoria da História, ministrada pela Profa. Dra. Regina Beatriz, na linha de pesquisa Cultura e Memória, Doutorado da UFPE, 2009.

Trataremos aqui das discussões levantadas pelo autor no final da segunda parte da obra, intitulada *Fase Documental: a memória arquivada*, no item 2, chamado de *Explicação/Compreensão*. O que seria explicar/compreender em história? O autor abre o item com uma Nota Explicativa, em que aponta os caminhos da reflexão e da leitura, de modo que o leitor de certo modo é conduzido para os meandros das discussões, como uma forma talvez de aliviar o tom maciçamente erudito da obra. Aqui ele faz o percurso da discussão e aponta alguns campos da história que serão discutidos, caso da história das mentalidades e de representação, a noção de “jogos de escala” e os rumos da micro-história italiana, tentando compreender em primeiro lugar como a historiografia francesa dos Annales, superou as crises do método, marcada em sua primeira fase pela figura visceral de Braudel, ao mesmo tempo em que pede a palavra e socorro a três importantes autores – Foucault, Certeau e Norbert Elias, chamados por ele de os “mestres do rigor”.

Para Ricoeur, “é quanto à explicação/compreensão que a autonomia da história relativamente à memória se afirma mais fortemente no plano epistemológico”. Isso está muito claro para o autor, uma vez “em que não há documento sem pergunta, nem pergunta sem projeto de explicação”. Explicar nos conduziria a responder a pergunta “por que”, entre uma variedade de “porquês”, de modo que a realidade humana seja entendida “enquanto fato social”. Explicar/compreender, portanto, é avançar para além da memória, firmando o conhecimento histórico enquanto espaço fundamental de elucidação, de um dobrar-se sobre si mesmo, firmando assim o seu lugar como sendo o lugar de onde parte a pergunta que inquieta, que incomoda, que aponta a nudez do rei, que busca essencialmente, produzir sentidos. Explicação é, por excelência, o lugar da produção de sentidos. Porque sendo a história eminentemente explicativa, como defende Ricoeur, ela é um projeto sempre em expansão e complexidade.

Pensamos, com Antoine Proust², de que a história “aparentemente (...) está empenhada perpetuamente em conciliar contradições”, o que faz da hermenêutica, um campo de ação (ou reação) para o filósofo e para o historiador, na medida em que à caça de explicação/compreensão, a história se insurge contra o “não querer saber” ou o “inexplicável das coisas”. Explicar, portanto, lança a história no campo mais específico da produção de sentidos. Sem explicação não há história porque a história não é “somente o que aconteceu”, mas fundamentalmente a compreensão mais do que

²PROUST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2008. p. 133.

necessária sobre os modos e os porquês das coisas terem acontecido de uma forma e não de outra. Assim, deixa bem claro, ainda pensando com Paul Veyne, “que não existe em história um modo privilegiado de explicação”, reforçando, no entanto, a idéia de que já foi superada qualquer vontade de enxergar antagonismo entre os conceitos de explicação e compreensão.

Na primeira parte *A promoção da história das mentalidades*, o autor reconhece, e não é o único a fazê-lo, Jacques Le Goff já havia questionado o conceito, as fragilidades da noção, a sua vulnerabilidade” em razão de sua falta de clareza e de precisão”. Mesmo assim esse modelo se impôs. Mas por quê? A fragilidade talvez esteja exposta de maneira clara na seguinte passagem

O que o homem de uma dada época pode e o que não pode conceber sobre o mundo, eis o que a história da mentalidade pode se propor mostrar, com o risco de deixar na indeterminação a questão de saber quem pensa assim por meio desse “aparelhamento mental”.³

O problema da “utensilagem mental” ou das mentalidades, é uma questão que já não alcança, acreditamos tantos apelos, já que o próprio “padrão mutante da história”, tem cuidado em enfrentar suas aporias com extremada vontade, posto a complexidade dessa empreitada. Seria razoável desse modo falarmos em “imaginário social”, como uma representação do que é imaginado, não sendo propriamente o imaginário ou mentalidade, conceitos de vida mais curtos e também mais difíceis?

Na segunda parte do item, *Sobre alguns mestres do rigor: Michel de Foucault, Micheu de Certeau, Norbert Elias*, o autor não alivia na definição dos três autores. As críticas escorregadias e periféricas que faz a Foucault, particularmente na obra *Arqueologia do saber*, soam um pouco apressadas. Acreditamos que o “lugar” “de sua própria produção”, pois a crítica de Ricoeur estabelece a falta de um “lugar”, para essa produção, tenha sido a superficialidade detectada em alguns historiadores, o que fez com que Foucault manejasse “ferramentas” para remover camadas de tinta e chegar as “redes” e “grades” rompendo os lastros de uma certa superficialidade historiográfica. Reconhecemos isto sim, em Foucault, uma defesa exacerbada da história, ponto que se cristaliza nas palavras de Margareth Rago, conforme segue

³RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000. P. 2001

Em Foucault, encontra-se uma defesa declarada da História, ao longo de sua obra, uma tentativa de oferecer-lhe saídas, uma proposta de autonomização, visando libertá-la de um determinado conceito de História que implica procedimentos envelhecidos e cristalizadores, presos às idéias de continuidade, necessidade e totalidade e à figura do sujeito fundador.⁴

Aqui, a “escavação” a que se propõe encontra o leito suave de um rio, uma fina areia que jogada ao vento é levada tenuamente, mas que não cega – apesar de espantar – porque ela vai de encontro ao “hábito dos historiadores”, e fala em “descontinuidade, passagens, (...) cortes, brechas, aberturas, redistribuições súbitas”, questões que muitos historiadores descartam na superfície mesmo de seu metier porque

Acostumados a pensar o processo histórico como uma totalidade coerente e racional, como um processo que possui um princípio de coerência, uma essência ou uma verdade que deve ser buscada, mesmo quando se sabe que dela apenas pode-se se aproximar, estes princípios, digamos, morais que o historiador deve seguir, são sempre reafirmados.⁵

Sobre Michel de Certeau, reconhece naquele autor um “momento de explicação/compreensão”, que “corresponde essencialmente ao segundo segmento da tríade do “lugar”, dos “procedimentos de análise” e da “construção de um texto”. Certeau entende a prática historiográfica como a “redistribuição do espaço que faz da investigação uma modalidade de “produção do lugar”. Foucault, por seu turno, fala se é razoável pensar assim, em um “não-lugar”, pois aposta e “se reconhece na noção de desvio”, de brecha, de interstício. Mas ao enfatizar que “a posição do particular, em história, situa-se “no limite do pensável”, Certeau abre uma importante frente de debate para a problemática da operação historiográfica. Insiste no sentido do ausente como a “marca distintiva do passado”, sendo a história dessa forma, “um percurso dos “rastros do outro””.

⁴RAGO, Margareth. Libertar a história. In: Imagens de Foucault e Deleuze. Ressonâncias nietzschianas. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002. P-255-272

⁵ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. História. A arte de inventar o passado. Bauru, SP: EDUSC, 2007. p. 174

A respeito de Norbert Elias, Ricoeur reconhece “o rigor de um discurso sobre o aparelho conceitual empregado numa história efetiva versando de maneira geral sobre o avanço do poder político do fim da Idade Média até o século XVIII”. De todo modo, fica a dúvida sobre essa afirmação de Ricoeur, pois uma das críticas feitas a Elias é exatamente a ausência da Idade Média em suas análises.

Mas sua obra é originalíssima e repercute apenas recentemente no meio historiográfico brasileiro, apesar dos exórdios que acompanharam os dois volumes de *O processo Civilizador* no Brasil, de autoria do filósofo Renato Janine Ribeiro, quando trata N. Elias como um “ingênuo”, “devido a seu apego à categoria de evolução”, enfatizando que seu mérito seria apenas o “resgate” “ao pormenor, à minúcia, o irrelevante”. Não é a primeira vez que Ribeiro “entorna o caldo”, já que o posfácio escrito para *O queijo e os vermes* de Ginzburg, pode ser considerado por nós como uma reflexão também completamente fora de lugar.

A terceira parte intitulada *Variações de escala*, o autor abre com uma epígrafe do filósofo Pascal, retirada dos aforismos de seu *Pensamentos*. A intenção é abrir a discussão sobre o jogo de escalas. Pois aquilo que vemos de longe, uma cidade, por exemplo, é apenas uma cidade em sua dimensão, mas quando nos aproximamos, o geral torna-se particular, o grande muro levantado agora não passa de um amontoado de pigmentos, cal e raladuras... É mais ou menos aquilo que descreve Calvino e suas cidades mais que (in) visíveis.

A questão da escolha da escala por parte do historiador representará uma perspectiva de visada de seu objeto. Para a história mais estrutural de Labrousse e Braudel, temos um olhar macro-histórico, capaz de enxergar a cidade de longe, ver os seus muros altos, as torres elevadas acima das montanhas, o brilho do teto de seu palácio de cristal, mas não nos será possível enxergar aquelas rachaduras ou arranhaduras que marcam com a passagem do tempo o valor de toda construção. No entanto, deixa claro Ricoeur que

O que a noção de escala comporta de próprio no uso que dela fazem os historiadores, é a ausência de comensurabilidade das dimensões. Ao mudar de escala, não vemos as mesmas coisas maiores ou menores, em caracteres grandes ou pequenos, como disse Platão na República sobre a relação entre a alma e a cidade. Vemos coisas diferentes. *Não se pode*

*mais falar de redução de escala. São encadeamentos diferentes em configuração e em causalidade.*⁶ (Grifo nosso)

Aprendemos certa vez que a palavra *explicação*, teria origem no latim, *explicare*, que representaria as “velas dos navios dobradas pelos ventos”... Do sentido mais específico até uma versão mais livre, podemos dizer que a História busca entre as dobras do tempo, dos métodos, teorias, domínios e campos, insinuar-se, às vezes sorrateiramente, outras vezes mais claramente, como um saber que busca explicar/compreender pelo viés da narração, pelos caminhos da intriga, em busca dos sentidos produzidos como marcas do tempo, as aventuras/desventuras dos homens em tempos e espaços marcadamente plurais e irregulares...

2 – A REPRESENTAÇÃO HISTORIADORA OU COMO A HISTÓRIA DESAFIA AS SUAS APORIAS

“Há que se acreditar no que diz a palavra escrita, mas não acreditar nela por a termos lido.”

Michel Foucault

Aqui, Ricoeur reforça sua postulação debatida anteriormente de que “a história é uma escrita”. Uma escrita que tem enquanto tal, suas regras, seus desdobramentos, que atingem desde o historiador de “mangas arregaçadas”, até a construção do saber histórico em livro, quando a história assume a faceta de uma “representação escrituraria”, na feliz afirmação de Certeau. Mas é possível falar também numa “representação literária”, de modo que “a história manifesta seu pertencimento ao campo da literatura”, em sua perspectiva narrativa.

Narrar é explicar. É o que defende Ricoeur, seguindo na esteira de Veyne, mas narrar não é uma tarefa fácil como abrir a janela e enxergar o sol no horizonte. A tarefa é árdua e exige muito dos historiadores. Há esforço em torno da distinção entre as representações chamadas de escriturarias (história) e as literárias. E, numa das assertivas

⁶ Idem. p. 222

mais pertinentes para a hermenêutica e para a historiografia, questiona-se sobre a capacidade do discurso histórico representar o passado. Como a palavra, como referente, funda uma relação entre tempos plurais e equaciona saberes em torno da história? Evidentemente que a questão não é de “palavra”, mas de dotação de sentido, de esforço em torno da depuração de um tempo-passado que sofre todas as mutilações no presente do historiador. O passado, que sem dúvida, é “o que há de mais sólido na estrutura do tempo”, e que enquanto tal, é aquilo que José Carlos Reis chama de “a consolidação do ser no tempo, é duração realizada”, mesmo não existindo como um “si mesmo”. Não há como não pensarmos em Shakespeare, quando enfatiza que “atiramos o passado ao abismo, mas não nos inclinamos para ver se está bem morto.” O passado, na perspectiva desse autor, precisa ser basicamente aniquilado – jogado no abismo e observado se ainda respira? A imagem é saborosa e trágica, sendo para nós a metáfora de um corpo morto diante do qual nos aproximamos e observamos se ainda respira... Mas para nós historiadores, o passado respira, talvez de forma crepitante, mas respira e exige de nós que percebamos o seu corpo estendido para além da sala, para além de seu passamento...

Enfatiza que não se pode esperar que a narratividade “preencha a lacuna da explicação/compreensão”. Mas, se não for assim, como será? Mas falar assim não seria pouco? Por que se “a história (...) não poderia contentar-se em ser apenas uma narração” conforme Veyne, devendo explicar, narrar, não só deveria preencher a lacuna mas produzir, nessa perspectiva, a explicação no âmbito da própria narrativa. Ao tratar da primeira fase dos Annales, reconhece em Braudel especialmente, o “horror ao acontecimento”, de modo que sendo o acontecimento algo menor, a pretensa narrativa que dele se faz conseqüentemente também é menor, sendo apenas uma “forma primitiva de discurso”. Aqui vale uma importante reflexão sobre os debates em torno da “volta da narrativa” – e quando a história deixou de narrar? -, porque com a “crise da história-problema”, e a volta “triumfal” da narrativa, o que “retorna” também é o acontecimento em toda a sua envergadura e complexidade. De modo que temos agora um debate mais caliente entre o poder da narrativa, sua dimensão explicativo-compreensiva, sua perspectiva de intriga, e de fundamento da operação historiográfica.

Sobre o acontecimento, Proust nos coloca diante de uma problemática muito interessante... e comovente, pois entende que o “acontecimento não é uma visita a um

determinado lugar, mas [um] encontrar-se na encruzilhada de vários itinerários possíveis – abordado sob vários aspectos”⁷

Mas o que seria a representação? E representância? Sobre representância é o autor que nos guia em nota, quando diz que seria “à relação da história (...) com um passado ao mesmo tempo abolido e preservado nos seus rastros”. Poderíamos, por outro lado, insinuar que representação seria o “antídoto contra a “idéia empobrecida do real”, conforme Foucault, de certo que representar o passado seria, inevitavelmente, nessa perspectiva, imaginar um pouco mais esse real por diferentes prismas? Ou seja, o passado é um prisma de muitas faces, de muitos lados, portanto, de muitos “golpes de vista”. Desse modo concordamos com Duby, para quem a representação do passado seria o “sentido atribuído pelo presente ao passado (...) que o torna mais estável (...)”.

O filósofo considera a obra de Hayden White a mais significativa para a discussão em torno dos “recursos propriamente retóricos da representação histórica”. Não se trata, diz, de uma análise epistemológica da história, mas de sua poetização, digamos assim, em que a “imaginação histórica” é apreendida mesmo nas estruturas do discurso. Parece-nos à primeira vista, que falar em imaginação e discurso histórico, soa a brincadeira alheia à “ciência”. A incompatibilidade aparente entre uma e outra, no entanto, apenas demonstra que alguns historiadores ainda sentem sob os pés os abismos do compromisso com a “ciência da razão” e a “lamentação da história como o canto do cisne”. Talvez possamos falar aqui da reflexão de Paul Zumthor, quando analisa o “recitante da história”, sendo que “recitante e narrador aqui se encontram”⁸...

Em White, afiança, há quebra de algumas amarras, uma delas estaria em torno da relação entre História/Literatura que, consideradas sob o ângulo da imaginação (“a louca da casa”), não passariam de “ficções verbais”. O que isso significa? Significa assumir que

Neste sentido, pode-se falar de uma atividade poética do historiador, no sentido etimológico do termo: criadora. Para começar a escrever o seu enredo, o historiador teve ter à disposição um universo no qual sua história seja possível e inteligível.⁹

⁷ PROUST, Antoine. Op. Cit. P. 216

⁸ZUMTHOR, Paul. Falando de Idade Média. Debates. História. São Paulo: Perspectiva, 2009. p. 113

⁹ANTONIE, Proust. Op. Cit. P. 233

Assumir as “ficções verbais” é consentir na centralidade da linguagem como fundamento das discussões históricas mais candentes do nosso tempo? Será? White vai construir a sua argumentação a partir dos pressupostos utilizados para a modelização (para alguns há um formalismo excessivo em White) de alguns enredos. Precisamos destacar aqui a defesa firme que Ginzburg faz em nome “da própria realidade histórica do ponto de vista do testemunho”. Assim, parte de enredos complexos para o chão argumentativo, para chegar as implicações ideológicas de cada enredo. Sobre esse tipo de análise podemos dizer que

O mérito dessa análise consiste em mostrar que o historiador formaliza seu enredo a partir de pressupostos, de condições prévias. Antes mesmo de ter recortado seu objeto e ter escolhido claramente um modo de apresentação, ele o pré-constrói por uma escolha raramente explicitada que diz respeito, ao mesmo tempo, a uma visão do mundo (a implicação ideológica), a um modo privilegiado de explicação e um tipo de enredo. Neste sentido, pode se falar de uma atividade poética do historiador (...) ¹⁰

Sobre a fraqueza de White, no que diz respeito especialmente ao estabelecimento de um limite nítido ente narrativa histórica e narrativa de ficção, Ricoeur talvez tenha perdido a generosidade inicial, pois já está claro para nós que

A distinção entre fato e ficção, que separou o discurso historiográfico do discurso literário, foi transcendida pela literatura modernista ao romper com o par referente/representação, ao tornar explícito o caráter de fabricação do próprio significante ¹¹

Em outro momento o filósofo nos pergunta o que seria a dimensão icônica da representação historiadora? Onde ela estaria alojada? Estaria na própria memória, desfiada como traços do passado que se move entre as ressonâncias do presente, como um “filme”? Ficamos atentos ao fato de que “*a narrativa dá a entender e a ver*” (grifo nosso), de certo que só assim é que os personagens da narrativa alcançam a visibilidade a partir de suas ações no tempo e no espaço. Ou seja, a legibilidade estabelece uma

¹⁰Idem. P. 233

¹¹ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Op. cit. p. 44

relação com a visibilidade, já que dessa forma a narrativa dá a ver e a se “colocar sob os olhos”.

Abre espaço em seu texto para citar casos em que determinados autores utilizando o prestígio da imagem, pelo texto dão glória ao poder do rei, quando a “teoria dos efeitos”, esclarece de forma isto sim persuasiva o “efeito poder da representação e a própria representação” do rei, pois “o rei só é verdadeiramente rei, isto é, monarca, nas imagens que lhe conferem uma presença considerada real”. Talvez possamos considerar essa questão na perspectiva de Maquiavel, para quem “governar é fazer crer”? Crer na presença do rei mesmo na distância, no fato de que mesmo distante, as suas insígnias, o seu “outro corpo” apesar de bem mais intangível, se insinua entre pessoas, negócios, acordos e contratos, já que a representação do poder produz legibilidade (compreensão do texto e do contexto) e visibilidade... O rei é dado a ver no que é dito e escrito sobre sua “ultra pessoa”. O leitor precisa enxergar o rei em sua glória, que não é sua, mas de todos, quando é mostrado, ou seria melhor dizer revelado? Pois sua envergadura apresenta tênue limites com o sagrado... A estratégia é extrair da legibilidade da narrativa a visibilidade de uma descrição narrativa, ou seja, “fazer ver tudo o que se põe no papel”, pois narrar a história do rei é fazê-lo ser visto, isso porque para Louis Marin, “o discurso é o modo de existência de um imaginário da força, imaginário cujo nome é poder”, sendo que “o poder é o imaginário da força quando ela se anuncia como discurso de justificação”. O que se faz ao rei, fazendo o rei, é um “efeito de retrato”, um “efeito de representação”. Mas qual o sentido dessas reflexões no conjunto da obra de Ricoeur? Sobre o que pensa quando pensa o rei? Que efeito de sentido busca quando estabelece relação entre texto e imagem, como se na imago do rei, fosse gestada numa palavra-imagem da história? No sentido do que até aqui foi discutido, somos levados a concordar com Basko, para quem “nenhuma relação social e (...) nenhuma instituição política são possíveis sem que o homem prolongue sua existência através das imagens que tem de si próprio e de outrem”?

Sobre a “representância” nos diz que seria o invólucro capaz de condensar todas as expectativas, exigências, aporias ligadas a intenção ou intencionalidade historiadora, no limiar de um pacto que se estabelece entre escritor e leitor. A problemática básica suscitada, no entanto, é saber “como e em que medida o historiador satisfaz à expectativa e à promessa subscrita nesse pacto”. Aqui evocamos a epígrafe de Foucault citada no início deste item, quando enfatiza que “há que se acreditar no que diz a

palavra, mas não acreditar nela por a termos lido”, o que nos remete a busca de fundamentação da intencionalidade historiadora, quando a escrita histórica exerce o seu “poder de atração” e busca “dar ao outro a possibilidade da palavra”, ou seja, exige de certa modo que o leitor, perfurando o texto, escavando a escritura, numa ação particular em que a escrita busca ser domada, numa ação por certo complexa e surpreendente de apropriação da “fala do outro” pelo “mesmo”, ele produza interpretação, lugar por excelência da significação. .

Mas o que restará se o pacto não for cumprido, pergunta. Sabemos parafraseando Barthes, que o historiador não “escreve em absoluto”, de certo que a potência de sua escritura é endereçada ao outro do discurso, que é ao mesmo tempo o passado e o presente do leitor, intérprete em potencial desse jogo marcado entre diferentes temporalidades.

Assim, diz Ricoeur, não resta ao historiador outra coisa se não protestar, quando se aproxima “de forma inesperada da pacata declaração de Ranke quando este se propõe relatar os acontecimentos “tais como aconteceram de fato” Ou seja, somente a força conjunta da escrituralidade, explicação compreensiva e fase documental são capazes de produzir a confiança necessária ao discurso histórico.

Mas será provocação seguir Barthes mais uma vez quando o mesmo afirma que “o fato tem apenas uma existência lingüística”? Há algo mais por trás das palavras que nem ao menos desconfia a nossa vã filosofia? Como separar ou distinguir fato e acontecimento? Não há como escapar à força inquietante e ao mesmo tempo tranqüilizadora da linguagem. A força intransitiva do discurso histórico - “escrever implica calar-se (...)”, como sustenta ainda Barthes? – faz com que a historiografia tenha uma relação profunda com a linguagem, de modo que o ato de ler, de cumprir com o pacto potencializa a “imagem presente de uma coisa ausente”, como quer Ricoeur, quando o “suplemento”, aquele desdobramento, presente no mundo além do texto é atingido em sua verossimilhança mais afinada...

Os caminhos da hermenêutica de Ricoeur nos conduzem, como ele mesmo reconhece, para “os confins de uma ontologia do ser histórico”, o que para nós equivale a abrir as portas de novas problemáticas hermenêuticas que, a princípio, não são muito fáceis de serem debeladas. Como pensar em um “ser histórico”, sem cair nos abismos de um essencialismo atemporal? Por outro lado, é isso que insinua Ricoeur quando reconhece em suas reflexões as margens de certa ontologia? O caminho sempre será

muito árduo. Mas sabemos que só é possível atravessar o labirinto (no sentido não de um perder-se entre confusas, iguais e sólidas paredes de uma “prisão”) porque certamente foram deixados “rastros” nos caminhos. O fio de Ariadne dessa empreitada possivelmente reside na capacidade de erudição do historiador. Reconhecer as saídas nebulosas, os alçapões, às portas que levam a fuga do Minotauro, são condições de erudição. Não de uma erudição novecentista, em que os “intelectuais” exploravam o mundo no fundo de sua cadeira, no âmago amarelado das páginas de seus “velhos” livros... O erudito a que nos referimos foi plasmado quando a própria episteme ocidental foi colocada sob suspeita, quando para ser erudito não bastava apenas ler, conhecer e saber de cor os livros e clássicos da literatura e das “humanidades”, mas prioritariamente (quem sabe?) compreender que o conhecimento tem regras de produção, que essas regras mudam, que não era perfeitamente possível viver no “melhor dos mundos” apenas conservando o conhecimento de autores e taxionomias refinadas...

Talvez assim possamos contemplar mais de perto as palavras, como sugere Drummond, buscar as suas “chaves”, abrir outras fendas nos textos escritos em especial, sondar lá onde a palavra se transforma em conceito e gesta representações sobre o mundo, sobre o conhecimento, sobre a história. Mas mesmo estando perto, mesmo ouvindo a respiração de cada palavra, ainda assim elas não são tão transparentes como a princípio imaginávamos, já que entre a palavra e o mundo há certas “escoras”, certos limites, certas conjecturas e certas conjunturas que acompanham o dito (ou o não dito)... Por certo Ricouer nos confronta com certas “chaves” fundamentais para a hermenêutica e epistemologia da história, questões fundamentais para que possamos entender e analisar as mudanças e permanências. Mas devemos perguntar insistentemente que horizonte de expectativa se abre diante de nós quando lemos Paul Ricouer?

Ademais, sobre a história talvez possamos pensar como a personagem Eriphile de Racine, que *“morre de se conhecer mas vive de se procurar”*... (grifo nosso) A história vive de se procurar no intrincado mundo dos “jogos da linguagem” historiográfica, na busca enfática para se conhecer melhor. Talvez aqui o trabalho do historiador-hermeneuta, pois devemos reconhecer que fazendo história não podemos deixar de ser hermeneutas, seja no dizer de Koselleck, o de “provocar textos”, forjando sentidos, construindo e significando histórias, buscando, no dizer de Deleuze, a “dobra e a desdobra”, alargando assim o “nosso horizonte de possibilidades”...